

Anexo 1 – Minuta de resolução conjunta ANA/DAEE/INEA/IGAM com novas regras para o sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul



RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/DAEE/IGAM/INEA Nº xx, DE xx DE xx DE 2015

Dispõe sobre as regras a serem adotadas para a operação do sistema hidráulico do Rio Paraíba do Sul, que compreende, além dos reservatórios localizados na bacia, as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o sistema Guandu.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso IV e XVII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua xxxª Reunião Ordinária, realizada em xx de xxxxxxxx de 2015, o SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, definidas nos artigos 9º e 10 da Lei do Estado de São Paulo nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, a DIRETORA GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto Estadual nº 46.636, de 28 de outubro de 2014, e o PRESIDENTE DO INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 14º, do Decreto nº 41.628 de 12 de janeiro de 2009, com base no Processo ANA n. xxxxxx,

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios, regulados pela ANA, por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;

considerando a importância da bacia do rio Paraíba do Sul para o abastecimento de várias cidades, inclusive parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro;

considerando que as regras de operação para os reservatórios do sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul devem garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, resolve:

Art. 1º Estabelecer as seguintes regras de operação para o sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul, que compreende, além dos reservatórios localizados na bacia, as estruturas de transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o sistema Guandu:

I – a descarga mínima a jusante dos aproveitamentos deve respeitar os seguintes limites de vazão mínima:

- a) Paraibuna: 30 m³/s (instantânea);
- b) Santa Branca: 40 m³/s (instantânea);
- c) Jaguari: 10 m³/s (instantânea de novembro a abril) e 20 m³/s (instantânea de maio a outubro), podendo o ONS solicitar à ANA operação especial, respeitada a vazão mínima de 10 m³/s, quando as condições hidrológicas do sistema assim permitirem;
- d) Funil: 80 m³/s (instantânea de novembro a abril) e 130 m³/s (instantânea de maio a outubro), podendo o ONS solicitar à ANA operação especial, respeitada a vazão mínima de 80 m³/s, quando as condições hidrológicas do sistema assim permitirem;
- e) Santa Cecília: 71 m³/s (instantânea);
- f) Bombeada para o rio Guandu: 119 m³/s (média diária);
- g) Pereira Passos: 120 m³/s (instantânea).

II – Será considerada como operação normal para o sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul aquela cujas vazões médias diárias são de 71 m³/s (com até 5% de variação acima deste valor) a jusante de Santa Cecília e de 120 m³/s (com até 2% de variação acima deste valor) a jusante de Pereira Passos;

III – Somente será permitido o aumento das descargas acima do limite médio diário de 120 m³/s (com variação de até 2% acima deste valor), até o limite de 160 m³/s, a jusante de Pereira Passos, quando o reservatório de Funil estiver liberando sua descarga mínima estabelecida ou estiver operando para atender às regras de controle de cheia;

IV – Somente será permitido o aumento das descargas acima do limite médio diário de 71 m³/s (com variação de até 5% acima deste valor) a jusante de Santa Cecília quando ocorrerem vazões incrementais não controladas no trecho entre Funil e Santa Cecília;

V – O reservatório de Paraibuna deve operar com a vazão máxima de 40 m³/s e o reservatório de Jaguari, com a vazão máxima de 20 m³/s, até que estes reservatórios atinjam seus volumes úteis de 80%, ou até que o reservatório Funil esteja operando com volume útil abaixo de 20%, podendo o ONS solicitar à ANA operação especial, quando as condições hidrológicas do sistema assim permitirem;

VI – A operação do sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul pelo ONS deve procurar manter os seguintes limites mínimos de volume útil dos reservatórios:

- Funil – 10%;
- Santa Branca – 10%;
- Paraibuna – 10%; e

- Jaguari – 10%.

VII – O deplecionamento dos reservatórios para atender a operação normal deve observar a seguinte ordem de prioridade:

- 1º - Funil;
- 2º - Santa Branca;
- 3º - Paraibuna;
- 4º - Jaguari.

Parágrafo único. A ordem de prioridade de deplecionamento poderá ser revista pelo ONS, em função das afluições efetivamente verificadas, visando evitar um acentuado desequilíbrio entre os armazenamentos dos reservatórios de Paraibuna e Jaguari, como também, quando solicitado pela ANA, para mitigar problemas localizados de qualidade de água em trechos de rios.

Art. 2º Caso seja necessário ao atendimento das descargas mínimas a jusante dos aproveitamentos fixadas no inciso I do Art. 1º, fica o ONS autorizado a operar o reservatório de Paraibuna em níveis inferiores ao mínimo normal (cota 694,60m), até o limite da cota que equivale à disponibilização de um volume adicional ao Sistema Hidráulico do rio Paraíba do Sul, de 263 milhões de m³ numa primeira etapa, e de até 425 milhões de m³ numa segunda etapa.

Parágrafo único. Na eventual operação dos reservatórios em cotas inferiores ao nível mínimo normal, deverá ser efetivado pela CESP, na qualidade de concessionário da usina, a emissão de laudo técnico-operacional, o monitoramento associado a avaliações específicas de forma a garantir a segurança das estruturas hidráulicas e eletromecânicas, identificar os riscos inerentes à operação de deplecionamento e adotar medidas preventivas e mitigadoras dos eventuais impactos ambientais e econômicos.

Art. 3º Criar o Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico do rio Paraíba do Sul – GAOPS com a finalidade de acompanhar a operação do sistema hidráulico do rio Paraíba do Sul e sugerir recomendações visando a operar o sistema em situações não previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. O GAOPS será composto por representantes da ANA, DAEE, IGAM, INEA, ONS e CEIVAP, nomeados em portaria específica.

Art. 4º Esta Resolução não dispensa e nem substitui a obtenção, pelos agentes responsáveis pelos reservatórios, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 5º Revogar a Resolução nº 211, de 26 de maio de 2003.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor após a emissão de comunicado pela ANA, com anuência dos Estados.

Diretor-Presidente da ANA

Superintendente do DAEE

Diretora Geral do IGAM

Presidente do INEA